O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 14 | Nº 41 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.7944520

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O CURSO DE FORMAÇÃO DE DOCENTES: DESAFIOS E RELATOS DE EXPERIÊNCIA

Khaled Omar Mohamad El Tassa[1]

Gilmar de Carvalho Cruz[2]

Jeniffer Javorski Cabral[3]

Resumo

Este estudo desenvolve uma reflexão acerca da formação docente e seus desafios com vistas à inclusão escolar, considerando que professores em diferentes níveis da carreira tem encontrado dificuldades em adequar estratégias metodológicas, e decidem por apoiar-se em especializações, como alternativa em sanar suas indagações apenas com acumulo de títulos, sem levar em conta a necessidade da pesquisa e à procura pelo conhecimento. Para fundamentar a discussão foi realizada análise da grade curricular do Curso de Formação de Docentes (Ensino Médio), e entrevista semiestruturada com duas alunas do quarto ano, para que pudéssemos analisar as necessidades de uma preparação profissional e a relevância da articulação entre teoria e prática. As bases teóricas foram de Saviani (2013), Libâneo (2004), Adorno e a Teoria da Semicultura (1996), Marx (1973) e entre outros. Conclui-se que a profissão docente exige grande doação dos profissionais, com envolvimento em estudos, pesquisas, análises. E, que os cursos de Licenciaturas precisam adequar os conteúdos curriculares para que os professores não sintam grandes impactos ao se depararem com alunos em situação de inclusão no cotidiano escolar.

Palavras Chave: Formação de Docentes; Inclusão Escolar; Políticas Educacionais.

Abstract

This study develops a reflection on teacher education and its challenges with a view to school inclusion, considering that teachers at different levels of career have found difficulties in adapting methodological strategies, and decide to rely on specializations, as an alternative to answering their questions only with the accumulation of titles, without taking into account the need for research and the search for knowledge. To support the discussion, an analysis of the curriculum of the Teacher Training Course (High School), was carried out and a semi-structured interview was carried out with two fourth-year students, so that we could analyze the needs for professional preparation and the relevance of the articulation between theory and practice. The theoretical bases were from Saviani (2013), Libâneo (2004), Adorno and the Semiculture Theory (1996), Marx (1973) and others. It is concluded that the teaching profession requires a large donation from professionals, with involvement in studies, research, analysis. And that the Undergraduate courses need to adapt the curricular content so that teachers do not feel great impacts when faced with students in a situation of inclusion in the daily school life.

Keywords: Educational Policies; School Inclusion; Teacher Training.

INTRODUÇÃO

Hoje é tão comum abordamos a temática da inclusão escolar em várias palestras, grupos de estudo, formação continuada, entre outros. Percebemos que o Estado e os Municípios investem nessa modalidade da educação, para que a inclusão ocorra da melhor forma possível.

E mesmo assim, encontramos professores com diversas queixas relacionadas a alunos que apresentam condições peculiares de aprendizagem, essas queixas se referem principalmente a

[1] Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Doutor em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: khaleunicentro@hotmail.com

[2] Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: gilmailcruz@gmail.com

[3] Professora da Secretaria Estadual de Educação do Paraná. Especialista em Educação Especial pela Faculdade Metropolitana do Planalto Norte (FAMEPLAN). E-mail: jenny_cabral@hotmail.com

metodologias de ensino ineficientes, falta de apoio do governo, falta de informação nessa área e muito mais. Tais aspectos podem ser confirmados ao acompanhar o cotidiano dos docentes, com a constatação de que apesar de tanta informação disponibilizada, ainda não são capazes de conciliar a teoria e prática, e que em suas formações iniciais existem certas negligências com relação a exploração do conteúdo referente a inclusão.

Podemos justificar essas colocações por meio do distanciamento das políticas públicas com a verdadeira realidade, no entanto, a união entre teoria e prática pode acarretar resultados significativos para a ação do professor em sala de aula, mas é necessário que este indivíduo esteja disposto a conhecer as peculiaridades de seu aluno e desenvolver diversas estratégias pelas quais o aprendizado do educando poderá acontecer.

É por esse motivo, que por meio das discussões levantadas na disciplina do Programa de Pós-Graduação em Educação "Tópicos Especiais em Educação XV: Políticas Educacionais Inclusivas e Formação de Docente", foi desenvolvido um estudo pautado na observação e compreensão da atuação de alunas do Curso de Formação de Docentes (nível médio / magistério) com o objetivo de identificar quais são os desafios e expectativas na formação docente durante o planejamento e execução de ações, com alunos em contextos educacionais inclusivos, bem como refletir sobre como a preparação do curso de formação docente inicial (Ensino Médio) proporciona elementos para o desempenho de tal função.

MÉTODO

A metodologia da pesquisa compreendeu procedimentos de revisão de literatura e constituição de grupo focal. A pesquisa tem como principal referencial teórico os estudos de Saviani (2013), Libâneo (2004), Adorno e a Teoria da Semicultura (1996), Marx (1973) e entre outros relacionados a temática Políticas Educacionais Inclusivas e Formação de Docente.

A efetivação desse estudo deu-se por meio da coleta de dados, posterior as leituras realizadas na revisão de literatura e a constituição de um grupo focal, onde discussões foram estimuladas e posições teóricas assumidas.

Inicialmente, quando abordamos o conteúdo referente à lacuna nos cursos de formação de docente, pensamos em sua formação inicial, quando o indivíduo opta por cursar o magistério e atuar nessa função, analisamos quais são seus interesses e seus desafios perante a profissão.

Para o desenvolvimento da pesquisa optamos pela abordagem qualitativa, a qual caracteriza melhor para os objetivos desse estudo. De acordo com Liebscher (1998), nos métodos qualitativos é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e

sistemas. Foi o necessário para coletarmos os dados e desenvolvermos as discussões: observação, registros e interações por meio do grupo focal.

Para que pudéssemos entender o preparo e oferta desses cursos, partimos para a observação e conhecimento do Curso de Formação de Docentes de um Colégio Estadual, localizado em um município de pequeno porte, na região centro-sul do Paraná. Escolhemos o quarto ano, o qual é o último ano do curso, em que vários alunos estão se preparando para sair e ingressar no mercado de trabalho e que alguns também, já iniciaram suas experiências ao se interessarem pelo Estágio Docente Remunerado, oferecido pela Secretaria Municipal de Educação.

A turma investigada contém dezenove alunos, dentre eles, foi escolhido duas alunas. A escolha adotou como critério de inclusão já atuar como docente, mesmo ainda cursando o Magistério. Investigamos suas experiências e qual é o conhecimento oferecido pela grade curricular. Para entender as queixas e necessidades dos professores é necessário atentar-se as suas formações iniciais, pois é onde começam as afinidades com diversas áreas e suas escolhas. Essas alunas escolhidas para participar do grupo focal interessaram-se pela área da inclusão e tiveram contato direto com alunos em condições peculiares de aprendizado.

O DOCENTE FRENTE A INCLUSÃO: DIFICULDADES E INQUIETAÇÕES

Em tempos remotos, a deficiência era concebida como aberração e castigo, as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência sofriam caladas e muitas vezes tinham o direito de viver perdido, pois várias pessoas, de forma equivocada pensavam que os deuses estavam as castigando por algum pecado. Portanto, na falta de informação e conhecimento, a medicina pouco explicava os casos de Síndrome de Down, considerava como loucura o autismo, castigo a cegueira e surdez, preguiça os transtornos de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e dentre tantos outros que apenas hoje conseguimos compreender. Se torna importante considerar que, “A Pedagogia da exclusão tem origens remotas, condizentes com o modo como estão construídas as condições de existência da humanidade em determinado momento histórico” (BRASIL, 2001, p. 19)

Portanto, percebemos que até mesmo o conceito de “deficiência” começou a ser questionado, ser deficiente é não ser capaz de realizar algo? Será que uma limitação pode impossibilitar o indivíduo de viver sua vida da forma como ele deseja? Para ilustrar essas indagações, lembremos da Língua Brasileira de Sinais - Libras, uma conquista da comunidade surda, língua essa, reconhecida pela lei 10.436 de 24 de abril de 2002. No entanto, para tantos pensamentos equivocados de que surdo não fala,

aí está sua língua, que dá origem a uma cultura e a formação de sua identidade. Nessa situação, não podemos mais considerar o surdo como deficiente, ele tem sua cultura e língua.

Além disso, com relação ao aprendizado e inclusão da pessoa com deficiência nas escolas e demais contextos sociais, existem leis que apoiam a sua permanência e interação, como por exemplo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que apresenta em seu artigo 27, aspecto importante do sistema educacional inclusivo, "Art. 27 [...] direito a educação em sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado, ao longo de toda a vida" (BRASIL, 2015).

Apesar disso, em contextos escolares ainda existem pensamentos e atitudes equivocadas por parte dos docentes, que fogem do que está exposto no artigo 27 citado anteriormente, pois em vários momentos de hora atividade ou intervalo, os professores queixam-se da indisciplina de seus alunos e que essa, se deve ao fato de ele apoiar-se em uma "doença" e desta forma, justificando tais ações, como por exemplo o Transtorno Opositor-Desafiador (TOD). Serra Pinheiro, Guimarães e Serrano (2005, p. 27) apontam que "Crianças com TOD têm taxas de transtornos internalizantes altas (CARLSON *et al*., 1997), são mais rejeitadas por colegas e têm maiores índices de recusa escolar" (HARADA *et al*., 2002).

Ainda nessa temática, as Diretrizes Curriculares da Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001, p. 19-20) salientam que "[...] o grupo que é comumente excluído do sistema educacional é composto por alunos que apresentam dificuldades de adaptação escolar por manifestações condutais peculiares de síndromes e de quadros psicológicos".

E com relação a essas ideias injustas, indagamos: estão os docentes brasileiros preparados para ensinar e entender as peculiaridades de um aluno com dificuldades diversas em seu aprendizado? Rodrigues (2003) afirma que muitas vezes, quando não identificadas, as síndromes podem ser erroneamente classificadas e assim, a escola foi (é) uma fonte de exclusão para muitos alunos que, quase sempre viram confundidos com "falta de motivação", "indisciplina" ou "falta de inteligência".

E então, entramos em uma questão de negligência e explicação do porquê existem muitas evasões escolares, pois a inclusão não se delimita apenas nos alunos com deficiência, mas nas suas diversas individualidades. Para continuar nossas reflexões, o tópico seguinte desenvolve o conceito de formação humana e a verdadeira função do professor.

A FORMAÇÃO HUMANA E A FORMAÇÃO DOCENTE: A FUNÇÃO REAL DO PROFESSOR

A formação docente inicial possui muitas lacunas com relação ao trabalho e estudo da educação inclusiva, deixando os acadêmicos e professores recém-formados conscientes que apenas depois de concluir a graduação ou Magistério tornar-se-ão especialistas nessa área por meio de cursos específicos.

E então centram seus ensinos na atuação em uma sala de aula homogênea, com alunos de níveis iguais no aprendizado e desenvolvimento satisfatório, ou seja, vive-se uma ideia de comunidade escolar distorcida. Cruz e Glat apontam que,

> A noção de inclusão assume polemizador papel nos debates relacionados ao encaminhamento a ser dado ao processo de escolarização desses sujeitos. E, na esteira dessa polêmica questão, está a tensão que se define na relação entre o "ensino comum" e o "ensino especial". Em alguns momentos, é como se falássemos, para além de suas especificidades , de sistemas distintos e incomunicáveis (CRUZ; GLAT, 2014, p. 258).

Percebemos que os seguintes conceitos "ensino comum" e "ensino especial" destacam a diferença apresentada pelas escolas entre essas formas de ensino e despertam uma necessidade em buscar onde está a lacuna na educação para que essas modalidades sejam tratadas com total diferença, sendo que uma complementa a outra.

Podemos conferir, portanto, nas Políticas Educacionais uma idealização de Educação inclusiva que não corresponde ao que ocorre nas escolas brasileiras, e isso se deve ao fato do desconhecimento por parte dos professores e gestores? Ou, como afirma Adorno (1996, p. 2) à uma "[...] crise de formação cultural que recebe as reformas pedagógicas de forma isolada, que em certas ocasiões reforçam essa crise, porque abrandam as necessárias exigências e revelam uma inocente despreocupação ao poder que a realidade extrapedagógica exerce sobre eles".

É por esse motivo, que acreditamos na deficiência dos cursos de Licenciatura e Formação de Docentes com relação a educação inclusiva, mas que também se deve ao fato do próprio indivíduo reconhecer sua real função e buscar meios de aprimorar suas práticas docentes, nesse ponto, a educação é responsável pela formação humana.

De acordo com Saviani (2013, p. 190), "[...] a educação se configura ou não como um processo de formação humana, análise essa que poderia eleger como critério para se distinguir entre a educação formadora e a deformadora do homem". Nesse sentido, cabe ao docente reconhecer a sua essência e descobrir que a educação tem o papel de formá-lo para o contexto escolar, mas são suas práticas e atitudes que definirão a "matéria-prima" e os resultados dessa construção.

Marx afirma que "Cada um, ao realizar-se, cria o outro; cria-se sob a forma do outro." (MARX,1973, p. 221). Essa citação de Marx (1973) reforça a ideia de que é necessário se identificar com a causa e reconhecer a importância da realidade, ou seja, do que acontece dentro da sala de aula, como é realizada essa prática e ao descobrir a sua verdadeira função, o docente é capaz de transformar e adequar a realidade perante as suas necessidades.

E quando descobrir as necessidades, pode contemplar a ideia de Libâneo (2004, p. 5), quando afirma que "[...] uma política educacional inclusiva deve estar fundamentada na ideia de que o elemento nuclear da escola é a atividade de aprendizagem". Então, descobrir os caminhos pelos quais deverá percorrer para alcançar o aprendizado de seu aluno.

É necessário compreender que a aprendizagem é o dever do professor, e suas mediações devem ser adequadas às necessidades dos alunos, pois "a aprendizagem é uma forma essencial de desenvolvimento psíquico e o caminho lógico para analisar as capacidades humanas" (LIBÂNEO, 2004, p. 8). Cruz e Tassa (2014, p. 56) comentam:

> Cabe ressaltar, que pensar em inclusão escolar significa assumir a responsabilidade de garantir o efetivo processo de escolarização de pessoas que apresentam necessidades especiais. Se esse processo acontecerá na escola A, na escola B, em um hospital ou em casa, não importa. O que não se pode perder de vista é a garantia de que essas pessoas aprendam aquilo que se propõe ensinar.

Um dos maiores erros dos professores está na ideia de que ao concluir sua graduação ou magistério está preparado para o exercício da função, mesmo depois de buscar programas de pós-graduação em nível *lato* ou *stricto senso*, ainda é necessário aprimorar suas práticas e concentrar-se na realidade escolar.

Essas explanações são frequentemente discutidas em trabalhos acadêmicos, como teses e dissertações, entretanto, tem surtido pouco efeito, uma das poucas atitudes tomadas frente a essa negligência dos cursos de Licenciatura, foi em alterar a grade curricular das formações iniciais, acrescentando a disciplina de Libras, como apresenta o decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005:

> Art. 3º- A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Porém, existem muitos relatos que afirmam a presença dessa disciplina apenas como caráter obrigatório, sem qualquer intenção de se discutir a inclusão no contexto escolar e ignora-se a presença de diversas outras necessidades, como o braile etc. Portanto, ainda nos resta a dúvida: Apenas a inclusão da disciplina de Libras contribuirá para que o docente se sinta seguro frente a presença de um aluno surdo em sua classe?

Vários intérpretes de língua de sinais queixam-se do desinteresse por parte de professores regentes em planejar sua aula de forma adaptada para aquele aluno, e em deixar que o próprio intérprete

realize tal ação, que não é a sua função, já que de acordo com o Código de Ética eles são responsáveis pela transmissão da informação e não pela assimilação do conteúdo.

Entretanto, se o aluno não recebe o atendimento de acordo com o necessário, é responsabilidade do professor buscar aprimorar suas práticas, e aí retornamos na questão: parte do indivíduo reconhecer seu papel diante da sociedade, e sua função como professor.

Em suma, a disciplina de Libras sozinha não contribuirá para a melhoria da grade curricular dos cursos de Formação Inicial de professores, é necessário rever quais são as necessidades desses professores e reconhecer-se como Licenciatura uma ciência que estuda a escola e o exercício do magistério em um ambiente rico em diversidade que necessita de contextualização de práticas para alcançar resultados positivos.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO

O Quadro 1 refere-se à grade curricular do curso de Formação de Docentes no Colégio Estadual em questão:

Quadro 1 – Grade Curricular

Disciplinas	Formação de Docentes – Colégio Estadual			
	1º ano	*2º ano*	*3º ano*	*4ºano*
	Português	Português	Português	Português
	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
	Arte	Educação Física	Educação Física	Educação Física
	Educação Física	História	História	História
	História	Sociologia	Sociologia	Sociologia
	Sociologia	Filosofia	Inglês	Filosofia
	Filosofia	Biologia	Literatura Infantil	Metodologia do Ensino de Ciências
	Geografia	Química	Metodologia do Ensino de Matemática	Metodologia do Ensino de Arte
	Organização do Trabalho Pedagógico	Organização do Trabalho Pedagógico	Metodologia da Alfabetização	Metodologia do Ensino de Educação Física
	Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil	Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Infantil	Química	Metodologia do Ensino de Geografia
	Fundamentos Históricos da Educação	Concepção Norteadoras da Educação Especial	Física	Metodologia do Ensino de História
	Fundamentos Psicológicos da Educação	Fundamentos Históricos e Políticos da Educação	Prática de Formação	Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa
	Prática de Formação	Prática de Formação		Libras
				Prática de Formação

Fonte: Elaboração própria.

A seguir, o quadro 2 se refere às disciplinas do curso que são direcionadas ao ensino inclusivo:

Quadro 2 - Disciplina e inclusão escolar

Disciplinas relacionadas à inclusão no Curso de Formação de Docentes			
1º ano	*2º ano*	*3º ano*	*4º ano*
	Concepções Norteadoras de Educação Especial		Libras

Fonte: Elaboração própria.

Por meio da grade podemos perceber a falta de disciplinas relacionadas à inclusão, no entanto, a discussão também se apoia na questão de que o professor regente das disciplinas tem sua autonomia para adequar sua metodologia e apresentar a essas alunas as formas de ensino destinadas aos alunos em condições peculiares de aprendizado, entretanto, esses mesmos professores que formam docentes também não tem o conhecimento suficiente nos cursos de Licenciatura, os quais cursaram.

Em artigos (CRUZ; GLAT, 2014; TASSA; CRUZ; CAMACHO, 2017), dissertações e teses, observamos discussões pertinentes a esse assunto, muitos deles apresentam a grade curricular do curso de Licenciatura de diversas Universidades e demonstram que apesar de tanto avanço na área da educação, ainda falta direcionar o olhar para as metodologias e alterações nas grades curriculares.

A Disciplina de Libras é ofertada apenas no quarto ano do curso, e como já citado anteriormente, se sente uma obrigatoriedade da presença dessa disciplina devido à lei que a regulamenta como disciplina. A metodologia oferece aprendizado de sinais e adequação da metodologia para alunos surdos. Já a outra disciplina mencionada, "Concepções Norteadoras de Educação Especial" apresenta conteúdos relacionados as peculiaridades da inclusão.

A seguir, teremos a transcrição da entrevista, ferramenta necessária para percebemos as posições teóricas e as experiências das alunas escolhidas. A ferramenta para análise e compreensão desse estudo foi por meio do Grupo Focal, a escolha desse método foi devido a sua capacidade de colocar o indivíduo entrevistado a desenvolver suas colocações durante a conversa e também complementar as ideias explanadas pelo outro participante da entrevista, essa ferramenta contribuiu para a análise de todas as discussões levantadas neste trabalho e agregar de forma positiva uma discussão pertinente à formação docente e a lacuna nos cursos de licenciatura e magistério, que apresentam uma lacuna em sua grade, como refletido no tópico anterior.

RELATOS

Na formação docente, para atuação em contextos educacionais inclusivos, é importante salientar que Programas Educacionais Individualizados colaboram a fornecer serviços bem-sucedidos a todos os

estudantes. Os trabalhos de Sanderson e Goldman (2021), Choi, McCart e Sailor (2020), Flannery e Hellemn (2015) nos dão algumas pistas interessantes sobre o aumento do aproveitamento de estudantes com deficiência devido a Programas de Educação Individualizado. Um aspecto que chama a atenção nessa necessária ressignificação das instituições de ensino com vistas à efetivação de práticas pedagógicas alinhadas a políticas educacionais inclusivas refere-se à elaboração e utilização do plano educacional individualizado (PEI). O PEI é uma ferramenta utilizada para a individualização do ensino, um programa com metas acadêmicas e sociais que atendam às necessidades e singularidades do sujeito (GLAT, 2012; GLAT; VIANA; REDIG, 2012).

Não se trata, contudo, de mais uma panaceia para remediar-nos em nossas angústias educacionais cotidianas. Qualificar o relacionamento entre profissionais e entre esses e as famílias responsáveis pelos estudantes, além do próprio relacionamento da equipe escolar com estudantes, segue a ser lastimável desafio. Segue questões, que foram apresentadas aos sujeitos do estudo, e se constituíram em dados importantes no diálogo entre a prática pedagógica e a formação docente.

Pesquisador: Como vocês denominam a "inclusão"?

> Sabrina: Inclusão para mim é você ir além de respeitar uma pessoa, é você saber que ela tem os mesmos direitos que você e que você precisa incluir ela para que se sinta importante tanto como uma pessoa dita normal.
>
> Carla: Completando, também, seria aceitar as diferenças, porque todo ser humano é diferente, e o aluno classificado como diferente tem suas limitações, mas também tem seu direito assim como o outro dito "normal" que também tem suas dificuldades. Incluir é o que a sociedade no geral precisa.

O conceito de educação inclusiva pode ser definido como "o desenvolvimento de uma educação apropriada e de alta qualidade para alunos com necessidades especiais na escola regular" (HEGARTY, 1994). Este conceito é simultaneamente muito simples e muito radical. A sua radicalidade situa-se na "educação apropriada e de alta qualidade" e nos alunos com "necessidades educativas especiais". A escola inclusiva procura responder, de forma apropriada e com alta qualidade, não só à deficiência mas todas as formas de *diferença* dos alunos, sejam elas culturais, étnicas ou socioeconômicas, por exemplo. Desta forma, a educação inclusiva recusa a segregação e pretende que a escola não seja só universal no acesso mas também no sucesso.

Pesquisador: Como vocês formaram esse conceito de inclusão, foi por meio do Magistério ou pelas vivências no Estágio?

> Sabrina: Por meio das duas disciplinas que tivemos no Magistério: Concepções Norteadoras da Educação Especial e Libras. Então, ela dá aquele embasamento, pra você ir na sala de aula e ter

> consciência que você pode encontrar alguém que precise de adaptações no ensino. Mas pelo estágio foi por meio da prática que identificamos a teoria aprendida. E também, pelo estágio na APAE que fizemos no segundo ano.
>
> Carla: Essa visão que nós temos da Inclusão foi muito depois de conhecer a APAE, que foi já no 2 ano e também por ter buscado o Estágio, no decorrer do Magistério, que foi no terceiro e no quarto ano. O meu primeiro trabalho, primeira vez na sala de aula, já com um aluno surdo na educação infantil me incentivou a buscar mais sobre essa área. Mas acredito que além do curso, foi devido a essa vontade de procurar de buscar o conhecimento.

A inclusão escolar pode ser compreendida como a garantia de um efetivo processo de escolarização para todo e qualquer aluno, a despeito de suas condições peculiares de aprendizagem. Portanto, inclusão não é só garantia de presença em sala de aula, é atendimento às necessidades apresentadas respeitando as competências individuais adequadamente a fim de favorecer uma educação de qualidade a todos os alunos.

A inclusão escolar pode ser compreendida como a garantia de um efetivo processo de escolarização para todo e qualquer aluno, a despeito de suas condições peculiares de aprendizagem. Portanto, inclusão não é só garantia de presença em sala de aula, é atendimento às necessidades apresentadas respeitando as competências individuais adequadamente a fim de favorecer uma educação de qualidade a todos os alunos. A inclusão escolar não pode se resumir somente a colocação dos sujeitos historicamente diferenciados e estigmatizados diante de um currículo que não contribui para que a inclusão se efetive. Compete a escola dar ênfase a reflexão e ao diálogo, bem como, colocar em prática um currículo aberto, flexível, e que propicie o desenvolvimento dos alunos e alunas da educação especial (FABRI; TASSA, 2022).

Pesquisador: Vocês pensam que necessita da conciliação de teoria e prática para que o docente possa compreender melhor as peculiaridades da inclusão?

> Carla: Sim, a matéria que a gente teve é pura teoria, a gente só estuda como se formam as síndromes, e vendo na prática você conhece o aluno, o dia a dia dele e você quer saber a realidade dele, quer conhecer como ele é.
>
> Sabrina: Uma complementa a outra, e pensando também que não é só na escola que nós vamos encontrar pessoas especiais, mas sim na sociedade, como exemplo em um banco. É uma motivação para ver o mundo em nossa volta. E o Estágio foi uma motivação para a gente buscar algo a mais dentro da Educação Especial
>
> Carla: Dessa forma a gente viu na prática mesmo.

A efetivação da inclusão escolar dependerá dos esforços de todos, exigindo novos olhares, novas posturas, novas metodologias de ensino, novas pesquisas que retratem e alterem a realidade para garantir uma educação de melhor qualidade para todos. Neste sentido, conforme Freire (2002, p. 48), a inclusão

escolar como prática de liberdade, precisa ter por base o princípio de que "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si mediados pelo mundo, pelas experiências de cada um e pela evolução do processo inclusivo, buscando um novo passo a cada dia".

Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel de todos os envolvidos na educação escolar, bem como de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente, em todos os seus níveis de escolarização. "Uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional" (MANTOAN, 2003, p. 81).

Pesquisador: Gostaria de saber mais acerca do trabalho que vocês desempenham no Estágio Remunerado

> Sabrina: Durante a minha atuação como professora regente no ano passado, iniciei a avaliação de uma aluna com autismo e consegui essa bagagem porque procurei cursos nessa área, fiz um curso de Educação Especial voltado para a área da Inclusão e participei de uma formação para os professores da Escola, que auxilia os docentes a trabalhar com autistas e eu fui colocando tudo isso que eu tinha no papel na minha prática.
>
> Carla: Quando me propuseram um aluno surdo já de imediato foi um choque, porque eu não tinha base alguma de libras e a primeira coisa foi me informar acerca da Cultura, e no primeiro dia nossa, eu tive muita insegurança. Entretanto foi maravilhoso, a cada dia eu fui buscando meios para mim me especializar e contribuir de alguma maneira na vida dele, eu busquei a princípio aulas particulares de Libras e depois cursos a distância. Eu não podia deixar meu aluno defasado, queria contribuir de alguma maneira. Eu entrei na cultura surda de uma forma como eu não imaginava, minha visão de mundo foi modificada.

A atuação nos campos profissionais representa o resultado de uma maneira determinada de entender a sociedade e o papel das pessoas nela. Com esse entendimento, educar assume contornos de formação de cidadãos e cidadãs não parcelados em compartimentos estanques, com capacidades isoladas. A determinação das finalidades e objetivos da educação, sejam eles explícitos ou não, é o ponto de partida de qualquer análise da prática (ZABALA, 1998). Para Pimenta e Anastasiou (2004), o Estágio Supervisionado Curricular, deverá desenvolver participação e atuação em parceria com a comunidade escolar, incluindo reflexão e questionamento das práticas e crenças enraizadas no contexto institucional e no profissional em um processo de "ser e estar professor".

A busca da qualidade do processo de formação profissional supõe sempre um apelo a um padrão científico e fundamentado dos conteúdos acumulados historicamente, sendo também uma possibilidade responsável frente aos desafios da sociedade contemporânea. Em qualquer circunstância, contudo, a qualidade supõe profissionais da educação minimamente preparados para o desenvolvimento da prática

pedagógica, considerando os atuais desafios de atendimento aos princípios da qualidade, igualdade, pluralidade e diversidade. Assim:

> [..]. a qualidade supõe profissionais do ensino com sólida formação básica, aí compreendidos o domínio dos métodos e técnicas de ensino e o acesso à educação continuada, presencial ou à distância. Os profissionais da educação, dada a disponibilidade de informações cada vez mais rápidas e disponíveis que, de certo modo, deixam de ser propriedade exclusiva de especialistas, deverão, não só estar a par dos instrumentos e conteúdos que as disponibilizam, como exercer sua autoridade em bases críticas e reflexivas (CURY, 2007, p. 488).

Pesquisador: E com relação a esse ano, como está sendo seu trabalho?

> Sabrina: Esse ano estou acompanhando um outro aluno autista por meio do atendimento domiciliar, estou aplicando tudo que aprendi naquele curso, meu trabalho é totalmente concreto. Eu faço adaptações curriculares, do quarto ano, mas como se fosse segundo ano. É um trabalho bem difícil, tem muitas coisas que eu não consigo trabalhar com ele, eu vou descobrindo aos poucos o que se encaixa no aprendizado dele, por exemplo, em Ciências no conteúdo referente a ervas medicinais nós fizemos um herbário. Comprovou para mim que para esses alunos interligados na educação especial é necessário um trabalho mais concreto.

Foi possível constatar, que a aluna reconheceu a necessidade de um planejamento educacional individualizado, envolvendo estratégias pedagógicas para auxiliar no processo de inclusão e de aprendizagem de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, no caso específico citado, o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que é resultado de alterações físicas e funcionais do cérebro e está relacionado ao desenvolvimento motor, da linguagem e comportamental. Para Pletsch e Glat (2012), apesar dos avanços científicos e da consolidação de políticas públicas seguindo os princípios da educação inclusiva, as práticas pedagógicas e a cultura escolar que se observa no cotidiano das instituições públicas de ensino ainda não sofreram ressignificação (PLETSCH; GLAT, 2012, p. 8).

Pesquisador: Depois de toda essa bagagem adquirida, quais são seus planos quando concluir o Curso de Formação de Docentes?

> Sabrina: Eu pretendo fazer Pedagogia e especializações dentro da Educação Especiais voltadas para autistas. Em momento algum, quando decidi ser professora eu olhei para o piso salarial, mas eu pensei que será que eu tenho capacidade para isso?
>
> Carla: Pretendo fazer mais cursos na área de Libras e me especializar porque é uma área que eu me apaixonei. Porque com 17 anos você ter um aluno surdo como o seu primeiro aluno atuando como professora não é uma tarefa fácil, mas foi um desafio que eu acatei e não me arrependo em nada, ou levar para minha vida inteira tanto quanto profissional como pessoal.

A formação para uma escola inclusiva privilegia a prática reflexiva, a partir da realidade do professor, pois "… a prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico,

dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer" (FREIRE, 2002, p. 42). Tal aprendizado, certamente tem início na formação, porém outras aprendizagens serão conhecidas na prática, em situações vivenciadas, refletidas e compartilhadas no interior da escola, potencializando a inovação educativa e a formação continuada.

Tal aprendizado, certamente tem início na formação, porém outras aprendizagens serão conhecidas na prática, em situações vivenciadas, refletidas e compartilhadas no interior da escola, potencializando a inovação educativa e a formação inicial e continuada. Uma formação de qualidade prepara os professores para a complexidade e para os desafios que se colocam à construção de uma educação inclusiva (TASSA; CRUZ, 2016).

Foi citado por uma das participantes deste estudo, o interesse em realizar um curso de LIBRAS, esse aspecto é bem importante, porque ao conhecer a Libras, o professor estabelece a comunicação com seu aluno, facilitando seu processo de inclusão. Talvez, se os docentes tivessem nas grades curriculares dos cursos de Licenciatura uma disciplina que englobasse o estudo dos transtornos globais do desenvolvimento e a deficiência intelectual, por exemplo, fosse possível a construção do conhecimento sobre essas demandas que alguns estudantes apresentam. Isso poderia ser proveitoso para uma efetiva intervenção profissional em contextos educacionais inclusivos. Quanto maior a busca por conhecimento, maiores serão as possibilidades de se desenvolver uma educação inclusiva (PRADO *et al,* 2021).

Pesquisador: Para finalizar, vou lançar uma questão a vocês, com relação a preparação profissional: o que falta para o professor se sentir mais apto a trabalhar com o aluno em processo de inclusão?

> Sabrina: Eu acredito que poderia ser explanada a questão da Educação Especial na Formação de Docentes e também os alunos terem maturidade suficiente para arcar com as responsabilidades da educação especial. E ter muito mais prática nessa área.
>
> Carla: O principal embate na falta de experiência é o medo, medo do desconhecido e o medo de assumir responsabilidades, então, professores sem especializações e também os nossos colegas de classe, preferem ficar com os braços cruzados e deixar como está. Mas quando você busca você vai se inquietar, vai buscar respostas para várias perguntas.

A inclusão escolar exige dos professores de Educação Física uma tarefa muito mais humilde: que sejam especialistas na arte de traduzir as diferenças que chegam até suas aulas. Nessas circunstâncias, "[...] será considerado bom professor (bom intérprete) aquele que traduz mais apropriadamente a diferença com o qual se depara, explicando, em alto e bom som, as regras que guiaram sua leitura e que tornaram válida sua interpretação" (BRACHT; ALMEIDA; GOMES, 2010, p. 11).

Para Mantoan (2004) o paradigma da inclusão surge para aprimorar a educação escolar, inclusive, podemos assumir, aquela presente nos processos formativos realizados em cursos de graduação. Isso possibilita avanços a todos os alunos, com ou sem deficiência, a partir de uma pedagogia focada no educando, reconhecendo suas diferenças, explorando suas potencialidades e dando oportunidade de vivências cognitivas e sociais para todos os integrantes das instituições escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa propiciou um momento de reflexão a respeito das práticas docentes e da preparação docente frente a inclusão, podemos perceber que as alunas buscaram o Estágio fora do Magistério para que pudessem ter contato com a temática inclusão, pois, se dependessem apenas de sua formação, não teriam toda a bagagem e prática que estão adquirindo.

Apesar do apreço pela profissão docente, as duas estudantes procuraram cursos e conhecimentos a mais para que pudessem desenvolver da melhor forma os seus trabalhos, e assim compreender quais são as peculiaridades de seus alunos.

A insatisfação dos professores com relação a metodologia adequada para se usar com os alunos com necessidades educacionais especiais se deve também a sua própria vontade de pesquisar, pois, apesar de estar em formação, uma das alunas comentou que mesmo sem saber como trabalhar com o aluno, tentou diversas formas, até encontrar aquela na qual o aprendizado ocorre.

Por meio desse estudo, passamos a entender que a lacuna nos cursos de Licenciatura com relação a área da inclusão acaba por afetar as práticas futuras desses professores em formação. Entretanto, percebe-se que a importância da prática e de reconhecer-se como um curso de Licenciatura. Também, este reconhecimento não se deve apenas às Políticas Educacionais, e sim a autonomia de buscar o conhecimento e compreensão da necessidade da incorporação da pesquisa na atuação do professor.

No decorrer dos anos, os professores se cansam de experimentar diferentes abordagens e sentem grande insatisfação com a profissão, pois não enxergam muitas vezes o porquê de suas escolhas. Mas em contraponto, observa-se os professores que estão no início de suas carreiras, tentarem algo novo: despertam o senso crítico do aluno, propõem atividades significativas e procuram várias respostas para suas dificuldades na profissão.

Para discutir esse contexto educacional, a escolha metodológica pelo grupo focal foi muito satisfatório, visto que o tema era de interesse das estudantes, e estas dispostas a fazer algo pela Educação Especial. Conclui-se, portanto, que a profissão docente exige grande doação dos profissionais, com envolvimento em estudos, pesquisas, conhecimento, reflexões e ações. E, que os cursos de

Licenciaturas precisam adequar e aproximar os conteúdos curriculares ao contexto educacional, para que os professores que atuam na Educação Básica, não sintam grandes impactos ao se depararem com alunos que apresentam condições peculiares de aprendizagem no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. "Teoria da Semicultura". **Educação e Sociedade**, vol. 17, n. 56, 1996.

BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q.; GOMES, I. M. "O local da diferença: desafios à educação física escolar". **Pensar a Prática**, vol. 13, n. 1, 2010.

BRASIL. **Decreto n. 5626, de 22 de dezembro de 2005**. Brasília: Planalto, 2005. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30/04/2023.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Brasília: Planalto, 2002. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30/04/2023.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015**. Brasília: Planalto, 2015. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30/04/2023.

BRASIL. **Parecer CEB n. 17, de 3 de julho de 2001**. Brasília: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30/04/2023.

CHOI, J. H.; MCCART, A. B.; SAILOR, W. "Achievement of students with IEPs and associated relationships with an inclusive MTSS framework". **The Journal of Special Education**, vol. 54, n. 3, 2020.

CRUZ, G. C.; CLAT. R. **Educação Inclusiva**: desafio, descuido e responsabilidade de curso de licenciatura. Curitiba: Editora UFPR, 2014.

CRUZ, G. C.; TASSA, K. O. M. E. "Inclusão Escolar e Formação Docente no Curso de Educação Física: Uma análise de Projeto Pedagógico e Ornamentos Legais". **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, vol. 9, 2014.

CURY, C. R. J. "A gestão democrática na escola e o direito à educação". **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, vol. 23, n. 3, 2007.

FABRI, L. T. C.; TASSA, K. O. M. E. "Concepção e humanização do currículo: a abordagem docente na educação especial". **Revista Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 10, 2022.

FLANNERY, K. B.; HELLEMN, L. A. "Building strategically aligned individualized education programs for transition". **The Journal of Special Education**, vol. 49, n. 2, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

GLAT, R. **A Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva**: diretrizes políticas e ações pedagógicas (Relatório de Iniciação Científica CNPQ). Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

GLAT, R.; VIANNA, M.M.; REDIG, A.G. "Plano educacional individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente". **Ciências Humanas e Sociais em Revista**, vol. 34, n. 12, 2012.

HEGARTY, S. "Integration and the Teacher". *In*: MEYER, C. J. W.; PIJL, S. J.; HEGARTY, S. **New Perspectives in Special Education**: a Six Country Study of Integration. London: Routledge, 1994.

LIBÂNEO, J. C. "A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a Teoria Histórico-cultural da atividade e a contribuição de Vasili Daydov". **Revista Brasileira de Educação**, n. 27, 2004.

MANTOAN, M. T. E. "Caminhos Pedagógicos da Educação Inclusiva". *In*: GAIO, R.; MENEGHETTI, R. G. K. (orgs.). **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer*?* São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MARX, K. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**. Lisboa: Editora Estampa, 1973.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

PLETSCH, M. D.; GLAT, R. "A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado". **Linhas Críticas**, vol. 18, n. 35, 2012.

PRADO, L. A. *et al*. "Ser docente em tempos de pandemia: narrativas autobiográficas em contextos educacionais inclusivos". **Revista Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 8, 2021.

RODRIGUES, D. "Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva". *In*: RODRIGUES, D. (org.). **Perspectivas sobre a inclusão**: da educação à sociedade. Porto: Editora Porto, 2003.

SANDERSON, K. A.; GOLDMAN. S. E. "Understanding the characteristics and predictors of student involvement in IEP meetings". **The Journal of Special Education**, vol. 56, n. 1, 2021.

SAVIANI, D. **Debate sobre as relações entre educação, formação humana e ontologia a partir do método dialético**. Florianópolis: Editora Perspectiva, 2013.

SERRA-PINHEIRO, M. A.; GUIMARÃES, M. M.; SERRANO, M. E. "A Eficácia de Pais em Grupo para Pacientes com Transtorno Desafiador de Oposição: Um Estudo Piloto". **Revista Psicologia Clínica**, vol. 32, 2005.

TASSA, K. O. M. E.; CRUZ, G. C. "Formação docente e inclusão escolar em um curso de licenciatura em Educação Física". **Revista Educação Especial**, vol. 29, 2016.

ZABALA, A. **A prática educativa***:* como ensinar. Porto Alegre: Editora Artmed, 1998.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 14 | Nº 41| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima